

## Deficiência visual: identidades em questão<sup>1</sup>

Carolina Resende<sup>2</sup>  
Marina Novais<sup>3</sup>  
Graziela Mello Vianna<sup>4</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG<sup>5</sup>

### Resumo

O objetivo desse trabalho consiste em investigar a deficiência visual<sup>6</sup> enquanto uma suposta forma de identidade, tendo como fundamento teórico os estudos de Stuart Hall (1992). Concordamos com a tese do descentramento do sujeito e pretendemos localizar e questionar a deficiência visual enquanto possibilidade de uma das diversas formas de identidade. Além disso, a partir de Erving Goffman (1963), entendemos a deficiência visual como uma identidade estigmatizada, que emerge de uma configuração social que estabelece o que é “normal” e o que é “diferente”. O trabalho foi norteado por entrevistas realizadas com seis pessoas cegas, integrantes do Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste, localizado em Campina Grande, na Paraíba, para a produção de um radiodocumentário sobre o tema.

**Palavras-chave:** Identidade Cultural. Deficiência visual. Estigma. Cegueira. Radiodocumentário.

### 1 Introdução

Os esforços teóricos e políticos dos Estudos Culturais, originados na Universidade de Birmingham, na Inglaterra, para a (re)definição do que é *cultura* resultaram nas possibilidades de se (re)pensar o sujeito e suas práticas sociais. Ao entender cultura como uma dinâmica comunicativa formada por uma rede viva de práticas e relações que constituem a vida cotidiana, a primeira geração dos Estudos Culturais (1964) rompeu com as noções de determinismo e de hierarquização que criavam separações entre alta e baixa cultura. Durante o período em que esteve na direção do Centre for Contemporary Cultural Studies, Stuart Hall (1968 a 1979) investiu nas pesquisas sobre as “práticas de resistência de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de graduação do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais - em mobilidade acadêmica no curso de Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>3</sup> Estudante de graduação do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais - em mobilidade acadêmica no curso de Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>4</sup> Professora Doutora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, orientadora.

<sup>5</sup> Artigo produzido durante a disciplina Comunicação e Diversidade Cultural, ministrada pela professora Máfra Nunes, durante mobilidade acadêmica no curso de Comunicação Social – Educomunicação, da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>6</sup> Neste artigo, a deficiência visual está sendo tratada apenas na perspectiva de pessoas cegas.

subculturas” e nas análises dos meios massivos, mantendo o foco na produção ativa de cultura que envolve diferentes esferas sociais (ESCOSTEGUY, 1998).

Da sua definição enquanto campo de pesquisa, na década de 70, até a década de 90, os Estudos Culturais caminharam para questionamentos da subjetividade e da construção das identidades. Com a hipótese de que as identidades estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas na pós-modernidade, Stuart Hall coloca em questão a “crise de identidade” que desestabiliza os quadros de referência do sujeito contemporâneo. A obra *The question of cultural identity* (1992) suscita possibilidades de se pensar os processos de construção das identidades culturais, tendo como preocupação a identidade nacional.

Os estudos de Hall rompem com a concepção essencialista e estável do sujeito e apontam para o entendimento de que as identidades fazem parte de um processo inconsciente de identificação com grupos sociais, criando formas de pertencimento mutáveis e, por vezes, contraditórias. A construção das chamadas *comunidades imaginadas* se dá no imaginário social, a partir de estórias, imagens, memórias, que se perpetuam no discurso, sendo este entendido como o “modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50).

É justamente a característica discursiva da identidade que a torna uma questão. Isto é, o fato de não serem dados naturalmente faz dos processos de identificação algo que está constantemente em jogo, em dúvida, suscitando efêmeras definições. Forças, sempre em disputa, caracterizam um “jogo de modalidades específicas de poder”, no qual as identidades são “mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída” (HALL, 2009, p.109).

A diferença e a dimensão relacional, portanto, são características intrínsecas aos processos de identificação:

Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo* (...). As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade de excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem

necessidade daquilo que lhe “falta” - mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. Laclau (1990) argumenta, de forma persuasiva, que “a constituição de uma identidade social é um ato de poder” (...) (HALL, 2009, p. 110).

A definição do que é “normal” é, também, a marcação do que é “diferente”. Isso ocorre a partir da configuração social de um conjunto de expectativas em torno de características necessárias para se constituir enquanto sujeito “completo”. Nesse sentido, Erving Goffman (1963), em *Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, aponta para a característica social da diferença, ao constatar que “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.” (GOFFMAN, 1980, p. 11).

## 2 Podemos falar em uma identidade cultural da pessoa com deficiência visual?

*Costuma-se até dizer que não há cegueiras, mas cegos, quando a experiência dos tempos não tem feito outra coisas que dizer-nos que não há cegos, mas cegueiras.*

*José Saramago. Ensaio sobre a cegueira.*

As atribuições físicas de uma pessoa cega pode nos levar a crer que essa pessoa é, naturalmente, condicionada à identidade de pessoa com deficiência visual. Porém, esta condição é tão “natural” quanto a identidade nacional analisada por Hall. O pesquisador coloca em xeque a noção de que ao nascer dentro de um território politicamente estabelecido somos naturalmente pertencentes à ideia de nação; desse modo, traz a construção da identidade para o âmbito discursivo e não geográfico. “A nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - um sistema de representação cultural” (HALL, 2006, p. 49). É no âmbito simbólico, portanto, que a noção de pertencimento se constrói. De tal maneira que não é incomum uma pessoa se perceber pertencente a uma nacionalidade diferente daquela onde nasceu ou onde foi criada.

Relacionando esses questionamentos à cegueira, concordamos com Magalhães e Cardoso (2010) ao entender que a deficiência visual não é algo que se adquire, ou com que se nasce, ou que está intrínseco ao “não enxergar”, mas é culturalmente construída a partir de um referencial discursivo de eficiência. Logo, ser deficiente visual não é sinônimo de ser cego, porque a cultura constrói um conjunto de relações em torno da deficiência que extrapolam a dimensão física ou biológica. O discurso responsável por criar essa separação e classificação de pessoa cega é chamado de *capacitismo*.

Segundo Dias (2013), a etimologia da palavra *capacitismo* está ligada à discriminação de uma pessoa pela deficiência, julgando-a incapaz de viver sua própria vida com autonomia. "A deficiência para o capacitista é um estado diminuído do ser humano" (DIAS, 2013, p.2). A normatização do indivíduo, encarada do ponto de vista biológico, cria noções de sujeitos homogêneos e intactos. "Esta percepção constrói um conjunto de suposições (consciente ou inconsciente) e de práticas que promovem um tratamento desigual de pessoas por causa de deficiências reais ou presumidas. A isso denominamos capacitismo" (DIAS, 2013, p. 10). Portanto, o capacitismo considera que seres humanos com determinadas aptidões físicas, sendo assim capazes de desenvolver determinadas ações e comportamentos sociais, são considerados normais. Aqueles que não correspondem a essas expectativas são, então, incapazes, inaptos, anormais: deficientes. A diferença da pessoa cega, ligada a atributos físicos, sensoriais, comportamentais, gera diferenças simbólicas e materiais que excluem o sujeito da sociedade (MAGALHÃES; CARDOSO, 2010).

Falar em uma identidade da pessoa com deficiência visual é entendê-la enquanto integrante de um grupo social e cultural. Mas, de acordo com o ex-instrutor de informática acessível no Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste, Sidney Andrade, esse grupo só se configura na medida em que as pessoas cegas não conseguem corresponder às exigências capacitistas:

Porque a gente passa por esse isolamento e porque pessoas cegas se interagem e se comunicam com cegos, primordialmente. Então, porque o grupo se recolhe e se ajunta de acordo com as suas semelhanças, é claro que vai surgir naturalmente um grupo de práticas e de costumes que tem relação com isso (ANDRADE, 2016).

Nesse sentido, é importante perceber o caráter paradoxal da configuração das pessoas cegas enquanto um grupo cultural. A associação mediante a suas semelhanças físicas - não enxergar - diz tanto de seu fortalecimento identitário, quanto de uma forma de segregação da sociedade dita normal. É o que Goffman (1980) aponta como a ambivalência das identidades estigmatizadas:

Dada a ambivalência da vinculação do indivíduo com a sua categoria estigmatizada, é compreensível que ocorram oscilações no apoio, identificação e participação que tem entre seus iguais. Haverá 'ciclos de incorporação' através dos quais ele vem a aceitar as oportunidades especiais de participação intragrupal ou a rejeitá-las depois de havê-las aceito

anteriormente. Haverá oscilações correspondentes nas crenças sobre a natureza do próprio grupo e sobre a natureza dos normais (GOFFMAN, 1980, p. 47).

Os processos de identificação, pelos quais se constituem grupos culturais, se dão no âmbito relacional, em que o sujeito se entende a partir da socialização e se reconhece nas diferenças (MAGALHÃES; CARDOSO, 2010), o que pode ser confirmado pelo depoimento de Sidney Andrade:

Eu reluto em dizer que existe uma cultura porque ser cego não é ser só cego, e cada cego tem uma cegueira própria, tem sua própria história com a deficiência. Tem gente que já nasce, tem gente que adquire, tem gente que lida bem, tem gente que lida mal, tem gente que não supera, tem gente que se isola. (...) Aí a gente busca os nossos iguais, e talvez seja nessa busca que a gente possa identificar uma cultura da cegueira. Porque a gente busca pra se entender, né? Porque acho que é isso que identifica um grupo social, é a busca das semelhanças, das semelhanças entre si pra se afirmar diante das diferenças com os outros (ANDRADE, 2016).

Segundo Hall (2006), os estudos de Freud e de Lacan sobre o inconsciente contribuem para a concepção de que a identidade não está essencialmente “dentro de nós”, mas no olhar do *outro*, e em como nós nos imaginamos ser a partir desse olhar. Essa interpretação é exemplificada no relato da presidente do Instituto, Adenize Queiroz:

Eu nasci cega. A gente toma consciência da identidade a partir da diferença né? É algo que está sempre muito relacionado. E eu tive consciência de que eu era uma pessoa cega, eu me lembro bem disso, eu tinha 6, 7 anos, na convivência com a minha prima. Ela é poucos meses mais nova que eu, ela foi para a escola também antes de mim, porque era uma escola lá perto no bairro e a minha era aqui, mais longe, eu demorei a ir. E eu me perguntava ‘porque ela vai pra escola e eu não?’, ‘porque ela tem bolsa, porque ela tem caderno?’, ‘porque que ela tem lápis e eu não?’ Aí de repente eu ganhei uma reglete e um punção, que são os instrumentos de escrita. Eu tava numa escola longe, enquanto todo mundo estava na escola perto. E, isso me fez ter consciência de que eu era uma pessoa cega (QUEIROZ, A., 2016).

### 3 O reducionismo da identidade à deficiência visual

*Penso que nãocegamos, penso que estamos cegos,  
Cegos que vêem, Cegos que, vendo, nãovêm.  
José Saramago. Ensaio sobre a cegueira*

As constantes mudanças que ocorrem na sociedade pós-moderna, impactadas pela globalização, segundo Hall (2006) produzem práticas sociais descontínuas e identidades

culturais abertas. As transformações na vida contemporânea fazem do sujeito pós-moderno “como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2006, p.12), sendo as identidades marcadas historicamente e "continuamente deslocadas".

Mas ao se tratar de uma identidade estigmatizada, no caso, da pessoa com deficiência visual, o sujeito descentrado, como apontado por Hall, não possui a possibilidade de se encontrar nessa identificação fluida:

Teorizar sobre a identidade da pessoa deficiente/com deficiência, considerando os processos de estigmatização, faz concluir que a essas pessoas são negadas importantes oportunidades de metamorfose. A fluidez e a dinamicidade afirmadas como inerentes aos processos de constituição identitária são postas em xeque pelas amarras do deficiente, estigmatizado às características de sua deficiência. Uma pessoa deficiente executando movimentos e comportamentos que não se alinham às expectativas normativas causa estranheza e admiração. Essa forma de conceber a diferença e a deficiência é, no mínimo, restritiva da capacidade/habilidade desses sujeitos enquanto membros da espécie humana (MAGALHÃES; CARDOSO, 2010, p.59).

A compreensão reducionista de outras pessoas em relação à pessoa com deficiência visual ocorre na medida em que, como apontado na entrevista com Sidney Andrade (2016), nos lugares em que o cego está, ele é tomado, antes de qualquer outra coisa, enquanto deficiente visual. A estigmatização atua diminuindo o sujeito, destacando sua diferença antes das suas demais características. A diferença, então, é um marcador social, uma espécie de definição ou hierarquização daqueles que podem/não podem; que têm acesso/não têm acesso; que são vistos em sua completude, ou não. De acordo também com a percepção de Adenize Queiroz:

Quando a gente olha para aquilo que alguém não é capaz, então a gente passa a não acreditar nos valores dessa pessoa. Mas quando a gente olha para o que ela é capaz, a gente passa a reconhecê-la como alguém que tem plenas possibilidades de êxito, de sucesso na vida (QUEIROZ, A., 2016).

Nesse sentido, Goffman (1980) destaca que essa relação de poder influencia naquilo que os sujeitos veem sobre si mesmos, sua “identidade social real” e aquilo que a sociedade espera deles, a “identidade social virtual”:

Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, um desvantagem - e

constitui uma discrepância específica sobre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 1980, p.12).

A pessoa cega consegue se perceber como sujeito complexo, com múltiplas formas de identificação mas, contraditoriamente, não consegue se afirmar como tal em ambientes em que as práticas sociais são construídas a partir do capacitismo. Porém, no momento em que a cegueira deixa de ser a característica mais importante, aparecem outras características que qualificam e denotam o sujeito. De acordo com Ronaldo Alves, editor de áudio do Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste, isso é o que ocorre na instituição.

Eu vi o cego no mercado de trabalho quando eu cheguei aqui (no Instituto), eu não via lá (onde morava). Não porque não existia, mas porque eu não tinha contato. Eu vi o cego, tem tanto cego músico por aqui, e eu não via isso lá. Então, eu fui vendo que dá pra você se aceitar e ser igual ao mesmo tempo (ALVES, Ronaldo, 2016).

Em um lugar onde a maioria das pessoas são cegas, essa característica perde o destaque e a pessoa cega consegue se encontrar fora da identidade estigmatizada de pessoa com deficiência visual. No Instituto, as identidades são outras, várias.

#### 4 Considerações finais

*Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.*

*José Saramago. Livro dos Conselhos*

*In: Ensaio sobre a cegueira.*

A identificação da pessoa cega enquanto deficiente visual cria "uma operação classificatória entre nós e eles ou entre eu e os outros" (MAGALHÃES; CARDOSO, 2010, p.53). Essa separação social, esse distanciamento, produz na diferença da pessoa cega o estigma de pessoa com deficiência, ligado ao desconhecimento daqueles que enxergam sobre o não enxergar. O afastamento, a não convivência com pessoas cegas, diminui as possibilidades de comunicação dessas pessoas e produz um hiato entre informação e realidade. Na vida social cotidiana, as pessoas que enxergam reproduzem o discurso capacitista, que é concretizado em atitudes de exclusão ou de espanto diante da pessoa cega. Sidney Andrade percebe que

A opressão não está na sua vidência, está no fato de todo mundo esperar que todo mundo enxergue. Então, o maior bem que talvez vocês venham fazer será trazer aliados pra nossa causa, pra visibilizar. Que isso deixe de ser só a exceção de quem trabalha com isso, pra que todo mundo saiba disso. Para

além de isso tudo, a gente com a deficiência, a gente ainda tem a invisibilidade. A gente não tem nem esse rechaçamento porque as pessoas nem lembram que a gente existe (ANDRADE, 2016).

Segundo Campbell (2001), citado por Dias (2013), a deficiência, ao fugir dos padrões normativos, é encarada com piedade e não consegue alcançar a normalidade. O relato de Raquel Alves (2016), atual instrutora de informática acessível no Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste, evidencia essa questão:

Uma vez uma senhora falou pra mim “mulher, se tu fosse minha filha eu não deixava tu sair de casa não”. Aí eu disse “ainda bem que a senhora não é minha mãe”. Aí ela deu uma risada e disse “é mesmo né, mulher, tu ia ficar trancada em casa e eu não ia deixar tu sair”. Por exemplo, tá no mercado aí o povo pergunta: “é tu que cozinha? E tu não se queima não? É tu que limpa sua casa?” O povo pergunta se eu lavo minhas roupas, se eu que limpo minha casa. “Ah, mulher, é tu que se maqueia?” Eles não acreditam que a gente é capaz de se maquiar, de cuidar do cabelo, lavar a própria roupa. Eu tenho um filho também, sabe. “Mulher, tu que lava a roupa do seu filho, é tu que faz num sei o que?” Sabe? O pessoal fica bem assustado (ALVES, Raquel, 2016).

Segundo John Queiroz, superintendente do Instituto, “o que excluí a pessoa cega do mundo dos que enxergam é a comunicação, ou a falta dela” (QUEIROZ, J., 2016). Portanto, para ele, a inclusão deve ser sinônimo de interatividade, o que significa garantir as possibilidades de comunicação da pessoa cega. Concomitantemente, deve-se garantir a convivência com as diferenças e o acesso a informação. “Não é uma lei que vai mudar isso, não é uma ação governamental, é um processo de tomada de consciência, que é individual, que é lento, que é a convivência com aqueles que são diferentes de nós que vai ensinar” (QUEIROZ, A., 2016). Infelizmente, isso não se trata de uma descoberta atual ou de uma novidade. Já em 1963, Goffman reconhecia o contraste entre o estigma e a intimidade, evidenciando que o contato seria a solução para o combate ao preconceito:

Há uma ideia popular de que embora contatos impessoais entre estranhos estejam particularmente sujeitos a respostas estereotípicas, na medida em que as pessoas relacionam-se mais intimamente essa aproximação categórica cede, pouco a pouco, à simpatia, compreensão e à avaliação realística de qualidades pessoais. (...) A área de manipulação do estigma então, pode ser considerada como algo que pertence fundamentalmente à vida pública, ao contato entre estranhos ou simples conhecidos, colocando-se no extremo de um *continuum* cujo pólo oposto é a intimidade (GOFFMAN, 1980, p. 61-62).

Se, a partir das lutas travadas no discurso e na prática, o estigma deixar de sê-lo, quem sabe poderemos chegar à sociedade que Sidney Andrade nos aponta como utópica:



“não existiria a necessidade desse termo porque não existiria deficiência, então eu seria só uma pessoa que calharia de ser cego, [essa seria] só uma característica” (ANDRADE, 2016). É nesse mesmo sentido que a reflexão teórica aponta para a necessidade de uma mudança social para o reconhecimento da complexidade das identidades das pessoas cegas a partir do contato com as mesmas. Não há, portanto, obviedade na construção da identidade cultural de pessoa com deficiência visual. E é como dispositivo de alerta às pessoas que enxergam, que se deu a produção deste artigo e do radiodocumentário *Identidade e Cegueira*<sup>7</sup>, apontando assim para o fato de que a deficiência visual, enquanto identidade cultural, merece ser colocada em questão, pois não é sólida, natural ou imutável e precisa ser investigada, questionada e debatida dentro e fora dos ambientes de pesquisa.

## Referências

ALVES, Raquel. **Depoimento sobre identidade e cegueira**. 2016. Entrevista concedida a Carolina Resende e Marina Novais, Campina Grande, 05 mai. 2016.

ALVES, Ronaldo de Farias. **Depoimento sobre identidade e cegueira**. 2016. Entrevista concedida a Carolina Resende e Marina Novais, Campina Grande, 02 mai. 2016.

ANDRADE, Sidney. **Depoimento sobre identidade e cegueira**. 2016. Entrevista concedida a Carolina Resende e Marina Novais, Campina Grande, 18 abr. 2016.

COSTA, Ana Carolina Alves da. **Depoimento sobre identidade e cegueira**. 2016. Entrevista concedida a Carolina Resende e Marina Novais, Campina Grande, 05 mai. 2016.

DIAS, Adriana. **Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social**. I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. SEDPCD/Diversitas/USP Legal: São Paulo, jun. 2013. Disponível em [http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Adriana\\_Dias.pdf](http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf) Acesso em: 16 mai. 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Uma introdução aos Estudos Culturais**. Revista FAMECOS: Porto Alegre. n°9, dez/1998. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3014> Acesso em: 16 mai. 2016.

GOFFMAN, Erving. (1963) **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

HALL, Stuart. (1992) **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Guacira Lopes de Louro e Tomaz Tadeu da Silva. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? (1996) In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 103-133.

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5Sbb2DcUjNs>

QUEIROZ, Adenize. **Depoimento sobre identidade e cegueira.** 2016. Entrevista concedida a Carolina Resende e Marina Novais, Campina Grande, 25 abr. 2016.

QUEIROZ, John. **Depoimento sobre identidade e cegueira.** 2016. Entrevista concedida a Carolina Resende e Marina Novais, Campina Grande, 11 abr. 2016.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; CARDOSO; Ana Paula Lima Barbosa. A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade. **A pessoa com deficiência...** Cadernos de Pesquisa. v.40, n.139, jan/abr, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a03.pdf> Acesso em: 16 mai. 2016.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.